

HABEAS CORPUS Nº 492.967 - PE (2019/0039952-4)

RELATOR : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
MIRELLA WANDERLEY NUNES
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
PACIENTE : ROGERIO DA SILVA DE MELO TRINDADE (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, com pedido liminar, impetrado em favor de **ROGERIO DA SILVA DE MELO TRINDADE**, em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco.

Consta dos autos que o paciente foi preso, em 19/4/2017, pela suposta prática do delito tipificado no art. 155, §§ 1º e 4º, c.c. o art. 14, II, ambos do Código Penal.

Alegando excesso de prazo na formação da culpa, a defesa impetrou prévio *writ* no Tribunal de origem, que denegou a ordem.

Neste *habeas corpus*, o impetrante reitera o pleito originário no sentido de ser indevida e desproporcional a manutenção da prisão do acusado por quase 2 anos, sobretudo pela natureza do delito praticado ensejar reprimenda e regime mais brandos.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão de liberdade provisória ou a aplicação de medidas alternativas ao cárcere previstas no art. 319 do CPP.

É o relatório.

Decido.

O *writ* está prejudicado.

Conforme informações disponíveis no sítio eletrônico do TJPE, verifica-se que, em 4/2/2019, sobreveio sentença condenando o paciente à pena de 6 anos e 5 meses de reclusão, em regime semiaberto, como incurso no art. 155, § 4º, I, c/c o art. 71 do CP.

Dessa forma, proferida a sentença condenatória, fica superada a alegação de constrangimento ilegal por excesso de prazo na formação da culpa. Sobre o tema: RHC 80.147/ES, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 23/5/2017, DJe 31/5/2017; RHC 81.869/MG, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 23/5/2017, DJe 7/6/2017.

Ante o exposto, **julgo prejudicado** este *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 14 de fevereiro de 2019.

MINISTRO RIBEIRO DANTAS

Relator